

**INDUSTRIA DE ALIMENTOS PRODUTOS
DA BISA S.A.**

CNPJ:35.616.845/0001-90

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025

Descrição	Saldo: 2025	D/C	Saldo: 2024	D/C
ATIVO	13.534.306,74	D	10.242.681,19	D
DISPONÍVEL	2.598,28	D	1.384,93	D
CAIXA	0,00	D	0,00	D
BANCOS C/ MOVIMENTO	2.598,28	D	1.384,93	D
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	12.909.647,85	D	9.824.651,57	D
CONTAS A RECEBER	12.852.534,91	D	9.705.046,58	D
ADIANTAMENTOS A RECEBER	212,59	D	29.934,41	D
OUTROS CRÉDITOS PERANTE TERCEIROS	52.579,55	D	215.123,08	D
TRIBUTOS A RECUPERAR	0,00	D	55.168,80	D
DESPESAS ANTECIPADAS	4.320,80	D	5.532,44	D
CONTAS RETIFICADORAS	0,00	D	186.153,74	C
ESTOQUES EM GERAL	589.785,29	D	380.857,81	D
ESTOQUE DE MERCADORIAS REVENDA	582.643,37	D	373.715,89	D
ESTOQUE DE SUPRIMENTOS GERAIS	7.141,92	D	7.141,92	D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.275,32	D	35.786,88	D
IMOBILIZADO	31.604,06	D	35.115,62	D
BENS IMOBILIZADOS	35.115,62	D	35.115,62	D
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	3.511,56	C	0,00	C
ATIVO COMPENSADO	671,26	D	671,26	D
ATIVO COMPENSADO	671,26	D	671,26	D
PASSIVO	13.534.306,74	C	10.242.681,19	C
PASSIVO CIRCULANTE	2.302.490,94	C	2.757.044,88	C
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.302.490,94	C	2.757.044,88	C
FORNECEDORES GERAIS	248.576,13	C	175.930,64	C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	102.545,35	C	117.074,25	C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	162.933,09	C	195.763,09	C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	38.857,20	C	134.667,11	C
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.746.985,19	C	2.133.609,79	C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.593,98	C	0,00	C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	C	0,00	C
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	C	0,00	C
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	C	0,00	C
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.231.144,54	C	7.484.965,05	C
CAPITAL SOCIAL	100.000,00	C	100.000,00	C
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	100.000,00	C	100.000,00	C
RESERVAS DE CAPITAL	258.333,54	C	258.333,54	C
RESERVA DE LUCROS	258.333,54	C	258.333,54	C
LUCROS OU PREJUÍZOS	10.872.811,00	C	7.126.631,51	C
LUCROS ACUMULADOS	10.872.811,00	C	7.126.631,51	C
PASSIVO COMPENSADO	671,26	C	671,26	C
PASSIVO COMPENSADO	671,26	C	671,26	C
PASSIVO COMPENSADO	671,26	C	671,26	C

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024
 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Cruz Alta, 31 dezembro, 2025

Comercial Schwerz S.A.

01/2025 a 12/2025

01/2024 a 12/2024

RECEITA BRUTA	9.867.862,19	10.533.201,74
Venda de Mercadorias	9.867.862,19	10.533.201,74
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	1.143.836,13	1.077.018,42
Impostos Sobre Vendas	1.143.836,13	1.077.018,42
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.724.026,06	9.456.183,32
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	2.887.301,85	2.719.660,04
Custo das Mercadorias Vendidas	2.887.301,85	2.719.660,04
LUCRO BRUTO	5.836.724,21	6.736.523,28
DESPESAS OPERACIONAIS	1.726.494,06	1.539.955,46
Despesas com Pessoal	1.260.336,69	1.227.547,22
Despesas com Funcionamento	439.584,58	301.709,31
Despesas Administrativas	24.425,00	8.425,00
Despesas Financeiras	2.147,79	2.273,93
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	168.906,58	20.358,52
Receitas Financeiras	252,62	50,50
Outras Receitas	168.653,96	20.308,02
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	4.279.136,73	5.216.926,34
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	0,00	325,00
Despesas Não Operacionais	0,00	325,00
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	4.279.136,73	5.216.601,34
PROVISÃO P/IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO	287.148,30	300.422,61
Contribuição Social Sobre o Lucro	108.483,59	113.758,59
Imposto de Renda Sobre o Lucro	178.664,71	186.664,02
RESULTADO LÍQUIDO	3.991.988,43	4.916.178,73

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração de Resultado e demais Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Cruz Alta, 31 dezembro, 2025

Histórico	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Lucros e/ou Prejuízo Acumulados	Reservas de Lucros	Total
Saldo Inicial	100.000,00	2.583.335,43	4.543.296,08	258.333,54	7.484.965,05
Lucro do Período		1.189.369,43	2.802.619,00		3.991.988,43
Distribuição de Lucros			-245.808,94		-245.808,94
Saldo Final	100.000,00	3.772.704,86	7.100.106,14	258.333,54	11.231.144,54

ATIVIDADES	1.213,35
ATIVIDADES OPERACIONAIS	247.022,29
Resultado Líquido do Exercício	3.991.988,43
Depreciação	3.511,56
Conta Clientes a Receber	(3.147.488,33)
Conta Adiantamento de Fornecedores	(212,59)
Conta Adiantamento de Funcionários	29.934,41
Tributos a Compensar	55.168,80
Despesas Pagas Antecipadamente	1.211,64
Estoques	(208.927,48)
Outros Créditos	(23.610,21)
Títulos a Pagar	72.645,49
Obrigações Tributárias	(32.830,00)
Obrigações Trabalhistas / Previdenciárias	(110.338,81)
Outras Obrigações	(384.030,62)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(245.808,94)
Lucros Distribuídos	(245.808,94)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS	0,00
Empréstimos a Curto Prazo	0,00
Empréstimos a Longo Prazo	0,00
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	1.213,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.213,35
Caixa e Equivalentes de Caixa Ano Anterior	(1.384,93)
Caixa e Equivalentes de Caixa Ano Atual	2.598,28

1. CONTEXTO OPERACIONAL

INDÚSTRIA DE ALIMENTOS PRODUTOS DA BISA S/A, sociedade de capital fechado com CNPJ sob o número 35.616.845/0001-90, constituída em 01/08/2019, tributada pelo Lucro Real Trimestral, ramo de atividade principal de Fabricação de Produtos de Panificação Industrial (CNAE 1091-1/01), na Cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 158, Km 200, Térreo, Bairro Santa Helena, CEP 98.045-075.

2. POLÍTICA ADOTADA

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (comparativas), aqui compreendidos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DR), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE), elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Comercial aplicável, Lei n. 10.406/2002, demais leis, resoluções e atos aplicáveis.

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: compreensibilidade, competência, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade e tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para Pequenas e Médias Empresas (PME).

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos respectivos períodos em que ocorrerem, sempre simultânea quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com o NBC TG 1000(R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME), expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.255/2009. A Administração da empresa também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a empresa não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação apenas do aplicável à contabilidade das PME.

4. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS (R\$), que é a moeda funcional adotada pela empresa.

Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira são ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são levados às respectivas contas de resultado, em atendimento ao regime de competência.

5. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são lançados como perda estimada quando existirem evidências de que o valor não será recebido;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria.

6. TESTE DE RECUPERABILIDADE PARA ATIVOS (IMPAIRMENT)

Atendendo ao conteúdo da NBC TG 1000 (R1), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução 1.255/2009, a administração da empresa, fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução levando em conta os principais indicadores de desvalorização, tais como: uma redução sensível além do esperado no valor de mercado do ativo; o valor contábil do ativo líquido maior que o valor justo estimado; obsolescência ou dano físico de ativo; mudanças significativas que afetam o ativo; informações internas (empresa) que espelhem desempenho econômico pior que o esperado

Após esta análise a administração chegou à conclusão de que todos os ativos se encontram a valor recuperável através da venda ou do uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos Impairment uma vez que não identificou indicação relevante de não recuperabilidade.

7. VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo.

8. DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (comparativamente), e está em obediência ao regime de competência. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a legislação societária, conforme a Lei n. 10.406/2002 e demais legislações aplicáveis, os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelas normas brasileiras de contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente NBC TG 1000 (R1).

9. ITENS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

No Balanço Patrimonial, esta classificação está em conformidade com o que determina o Pronunciamento Técnico PME- NBC TG 1000 (R1) - em seus respectivos itens 4.5 a 4.8. Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 (doze) meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 (doze) meses são classificados como itens não circulantes.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestações de serviço no decurso normal das atividades da empresa. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal da fatura, líquido de cauções e retenções contratuais e tributárias na fonte, se houver. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses, ou inferior e tratar-se de valor relevante, o direito a receber é mensurado pelo método do custo amortizado, aplicando-se uma taxa efetiva de juros. Se os juros estiverem embutidos no valor a prazo, é efetuado o ajuste a valor presente (AVP), conforme explicitado na Nota (5), independentemente de os juros estarem implícitos ou explícitos.

11. IMPOSTOS/TRIBUTOS A RECUPERAR

Valor este referente a impostos que a empresa tem o direito de recuperar junto a Receita Estadual do Paraná a título de ICMS (CIAP), e da Receita Federal através da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS, viabilizada através do Processo Administrativo nº 10166.738281/2021-71.

12. OUTROS CRÉDITOS

Refere-se a crédito junto aos fornecedores de mercadorias, aos quais foram realizadas devoluções que originaram esses valores a receber.

13. ESTOQUES

Os estoques são avaliados no reconhecimento inicial pelo custo histórico, e incluem todos os gastos incorridos na sua aquisição, tais como fretes, seguros e decorrentes do desembaraço aduaneiro, exceto quanto aos tributos recuperáveis, tais como o IPI, ICMS, PIS e COFINS, conforme prevê a legislação. Os descontos comerciais, abatimentos e bonificações recebidas são deduzidos diretamente do custo de aquisição. Os juros incorridos pela aquisição dos estoques, inclusive quando decorrentes de ajuste a valor presente (AVP), são considerados como despesas financeiras e, portanto, não estão refletidos nos custos líquidos de aquisição. O custo individual de cada estoque é valorizado pelo custo médio ponderado.

Ao final do exercício social, os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requisitos previstos na NBC TG 1000, e que estão assim representados:

Mercadorias para Revenda em 31/12/2025 no montante de R\$ 582.643,37.

14. DESPESAS ANTECIPADAS:

Valores estes que se referem a seguros contratados pela empresa.

15. IMOBILIZADO

Avaliado inicialmente ao custo histórico, sendo considerados como custo todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da administração, incluindo-se os impostos e taxas não recuperáveis, e excluindo-se o ICMS, quando recuperável, nos termos da legislação vigente na respectiva Unidade Federada (UF) onde está localizada o estabelecimento da empresa.

As alíquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens e considerando o valor residual para fins de cálculo dentro do método linear, tudo em conformidade com a Resolução 1255/2009 que instituiu o Pronunciamento Técnico PME (NBC TG 1000).

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções, que não produziram evidência de aumento de vida útil do bem ou conjunto de bens, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, à medida em que incorridos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As alíquotas de depreciação estão fundamentadas em alíquotas aplicadas segundo a análise da administração da empresa, representam os desgastes do seu imobilizado, refletindo a realidade da empresa.

16. INTANGÍVEL

Os intangíveis estão registrados no reconhecimento inicial ao custo histórico, sendo alocados a tal custo todos os gastos incorridos até o momento em que estiver disponível para ser utilizado. Os eventuais intangíveis produzidos internamente foram considerados integralmente como despesa do período, conforme determina o NBC TG 1000(R1). A amortização foi realizada de acordo com a vida útil estimada, porém na impossibilidade de estimar tal vida útil à mesma foi considerada como sendo de dez anos, sendo assim no ano de 2017 foi amortizado em 100%.

17. COMPENSAÇÃO

Lançamentos em compensação, ativo e Passivo, os quais referem-se a recebimentos de bens em comodato e mercadorias remetidas para industrialização.

18. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a 12 (doze) meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de efetiva de juros.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto sobre a Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), relativos ao exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável - considerando-se em separado as adições e/ou exclusões permanentes e temporárias excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)/ano, para o IRPJ, e de e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e/ou de base negativa da CSLL relativos à períodos de apuração relativos anteriores, limitada a compensação a 30% (trinta por cento) da base positiva obtida antes de sua dedução.

20. CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 76.700 (setenta e seis mil e setecentos) ações ordinárias, correspondente a 76,70% (setenta e seis vírgula setenta por cento) do capital social e 23.300 (vinte e três mil e trezentas) ações preferenciais, correspondente a 23,30% (vinte e três vírgula trinta por cento) do capital social.

21. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS

A receita de venda de mercadorias compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida dos impostos e contribuições incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de venda é reconhecida quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas:

- o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens;
- A entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos;
- o valor da receita pode ser medido com segurança;
- o reconhecimento do "contas a receber" é provável; e
- os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

	2025	2024
RECEITA BRUTA	9.867.862,19	10.533.201,74
Receita de Revenda de Mercadorias	9.867.862,19	10.533.201,74
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.143.836,13)	(1.077.018,42)
(-) ICMS S/Revenda de Mercadorias	(884.317,93)	(864.170,78)
(-) PIS S/Revenda de Mercadorias	(46.215,67)	(37.822,53)
(-) COFINS S/Revenda de Mercadorias	(213.302,53)	(175.025,11)
(-) ISS S/Serviços	(0,00)	(0,00)
(-) Devoluções e Cancelamentos	(0,00)	(35.059,97)
(=) RECEITA LIQUIDA DE SERVIÇOS	8.724.026,06	9.456.183,32

Cruz Alta (RS), 31 dezembro, 2025.

Contador: Luciano Roberto Maximiliano
CRC/PR: 02087801
CPF: 020.308.189-76

Empresa: Industria De Alimentos Produtos Da Bisa S.A.
Respon: Claudio Schwerz
CPF: 592.879.340-53